

RELATÓRIO TRIMESTRAL

Estado de preparação e acompanhamento do Processo de Acesso do Brasil à OCDE

REFERÊNCIA
DEZ-JAN-FEV
2021-2022

CONSELHO BRASIL – OCDE
Secretaria Executiva do Conselho Brasil - OCDE

CONTEXTO

O Relatório Trimestral sobre o estado de preparação e o acompanhamento do processo de acesso do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), documento previsto no Decreto Nº 9.920, de 18 de julho de 2019, é elaborado pela Secretaria Executiva do Conselho Brasil-OCDE e aprovado pelo Comitê Gestor Brasil – OCDE. O documento tem o objetivo de apresentar aos integrantes do Conselho Brasil-OCDE e demais atores interessados as ações desenvolvidas.

O presente relatório compreende o período entre dezembro de 2021 e fevereiro de 2022, e foi estruturado com os seguintes tópicos:

1. **Deliberações do Conselho e Comitê Gestor Brasil-OCDE;**
2. **Convergência do Brasil aos instrumentos da OCDE;**
3. **Participação do Brasil na OCDE;**
4. **Informações gerais sobre ações de articulação realizadas em diversos níveis; e**
5. **Destaques do Trimestre.**

Cabe destacar que, em 25 de janeiro de 2022, o Brasil foi formalmente convidado a iniciar discussões para seu processo de acesso à Organização. Desde então, a natureza das atividades do Colegiado passou do estágio de preparação prévia para o estágio de processo de acesso voltado ao efetivo cumprimento dos requisitos a serem estabelecidos pela OCDE por meio de um “Roteiro de Acesso” para o Brasil tornar-se membro pleno.

1. DELIBERAÇÕES DO CONSELHO E COMITÊ GESTOR BRASIL-OCDE

Entre dezembro de 2021 e fevereiro de 2022, foram realizadas três reuniões ordinárias e uma extraordinária do Comitê Gestor do Conselho Brasil-OCDE, cujas principais discussões e deliberações estão apresentadas na tabela abaixo:

REUNIÃO	PRINCIPAIS DISCUSSÕES E DELIBERAÇÕES*
15ª Reunião do Comitê Gestor 10/12/21 PROCESSO SEI 00020.001814/2021-66	<ul style="list-style-type: none">• Apresentação da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX/Ministério da Economia) e da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX/Ministério da Economia). O Ministério das Relações Exteriores (MRE) fez breve complementação sobre os trabalhos do Comitê de Comércio da OCDE;• Deliberações:<ol style="list-style-type: none">a) Ritmo para adesão a novos instrumentos (mantido);b) Relatório de acompanhamento do processo de acesso do Brasil à OCDE - Trimestre SET-OUT-NOV/2021 (aprovado);c) Projeto de Decreto Legislativo sobre estabelecimento de escritório da OCDE no Brasil (colocação do tema para votação no plenário da Câmara dos Deputados);d) Ampliação do Colegiado para membros fora do Centro de Governo (indeferida);

REUNIÃO	PRINCIPAIS DISCUSSÕES E DELIBERAÇÕES*
	<ul style="list-style-type: none"> e) Adesão ao OECD/LEGAL/0375 Recomendação do Conselho sobre Bancos de Dados sobre Biobancos Humanos e Pesquisa Genética (aprovada); • Apresentação de informações sobre pagamentos pendentes à OCDE; • Encaminhamento de cronograma proposto para reuniões do Comitê Gestor e do Conselho Brasil-OCDE para 2022.
<p>16ª Reunião do Comitê Gestor 28/01/22</p> <p>PROCESSO SEI 00020.002062/2021-51</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação do Banco Central do Brasil; • Abordagem da Recomendação da OCDE sobre Diretrizes para Políticas de Investimentos de Países Receptores Relacionadas à Segurança Nacional (OECD/LEGAL/0372); • Atualização de informações sobre Acordo de Sede - Escritório da OCDE no Brasil; • Andamento das atividades do Grupo de Especialistas Técnicos do Programa Internacional de Ações Climáticas (TEG/IPAC); • Monitoramento dos pagamentos de instâncias da OCDE.
<p>1ª Reunião Extraordinária do Comitê Gestor 03/02/22</p> <p>PROCESSO SEI 00020.000309/2022-85</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso do Brasil à OCDE: <ul style="list-style-type: none"> a) Recebimento da carta-convite do secretário-geral da Organização para que o País dê início ao processo formal de ingresso à OCDE; b) Necessidade de alinhamento das atividades do Comitê Gestor à nova fase; c) Levantamento de questões relacionadas ao Memorando Inicial e ao Roteiro de Acesso, como previsão de recebimento de mais informações sobre conteúdo e formato; d) Nova maneira de avaliação dos instrumentos, intensificação das interlocuções, necessidade de ferramentas de acompanhamento e compromisso com comunicação e transparência ativa do processo.
<p>17ª Reunião do Comitê Gestor 18/02/22</p> <p>PROCESSO SEI 00020.000390/2022-01</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Deliberações aprovadas: <ul style="list-style-type: none"> a) Envio, pelo Conselho Brasil-OCDE, de ofício aos ministérios setoriais e outros órgãos envolvidos sobre o início do processo de acesso do Brasil à Organização; b) Realização de reunião do Comitê Gestor com pontos focais indicados pelas referidas pastas ministeriais e órgãos; c) Composição de equipes temáticas; d) Definição de ferramenta eletrônica para consolidação de informações do processo de acesso e de principais eventos da OCDE; e) Definições sobre a comunicação relativa ao processo de acesso; • Apresentação de informações sobre atas e datas de reuniões, pagamento de valores em aberto junto à OCDE, curso EAD em desenvolvimento com a Enap e publicação de Decreto de inclusão da Secretaria de Governo da Presidência da República (SEGOV) como membro do Conselho Brasil-OCDE.
<p>Deliberações por Correspondência Eletrônica</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovação da adesão ao OECD/LEGAL/0363: Recomendação do Conselho sobre Definição Padrão da OCDE sobre Investimento Estrangeiro Direto; • Aprovação da adesão ao OECD/LEGAL/0375: Recomendação do Conselho sobre Bancos de Dados sobre Biobancos Humanos e Pesquisa Genética; • Aprovação da adesão ao OECD/LEGAL/0442: Recomendação do Conselho sobre práticas sustentáveis de empréstimos e créditos à exportação oficialmente apoiados.

*As principais discussões e deliberações aqui apresentadas não substituem o inteiro teor das decisões conforme constam nas respectivas atas de reunião.

2. CONVERGÊNCIA DO BRASIL AOS INSTRUMENTOS DA OCDE

Com relação às ações de convergência, está em andamento o processo de consolidação das manifestações setoriais para os instrumentos prioritários, conforme critérios vigentes. No trimestre de referência, houve aprofundamento técnico sobre temas prioritários para o processo referente à preparação para a adesão do Brasil à OCDE, como, dentre outros:

Eixo Econômico

- Indicador sobre a regulamentação do mercado de produtos: *Product Market Regulation* (PMR);
- Processo para solicitação de adesão ao OECD/LEGAL/0372: Recomendação da OCDE sobre Diretrizes para Políticas de Investimentos de Países Receptores Relacionadas à Segurança Nacional;
- Códigos de Liberalização de Movimento de Capitais e de Operações Correntes ou Invisíveis e Projeto de Lei nº 5.387/2019 (PL Cambial).

Eixo Socioambiental

- Reunião com representantes do Comitê Gestor Brasil-OCDE e do Conselho Interministerial de Mudança do Clima e o Crescimento Verde (CIMV) sobre a participação brasileira no Grupo de Especialistas Técnicos do Programa Internacional de Ações Climáticas da OCDE – TEG-IPAC.

Eixo Político-Institucional

- Memória da *Sounding-Board Mission* realizada pela OCDE entre os dias 1 e 6 de dezembro;
- Memória da *Fact-Finding Mission* para o Estudo de Caso sobre a transformação do ambiente de negócios no Brasil, realizada pela OCDE entre os dias 7 e 13 de dezembro;
- Ministério da Educação.

3. PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA OCDE – REUNIÕES, COMUNICAÇÕES E ESTUDOS

O Secretário Especial de Desenvolvimento Social realizou em 1º de dezembro de 2021, em Paris, reuniões de trabalho com representantes de diferentes áreas da OCDE, responsáveis pela agenda de temas sociais como o Diretor de Emprego, Trabalho e Assuntos Sociais (ELS); o Chefe da unidade de coesão social do Centro de Desenvolvimento da OCDE e a Diretora do Centro da OCDE para bem-estar, inclusão, sustentabilidade e igualdade de oportunidades (WISE). Do lado do Brasil, além do Secretário Especial, também participaram o Secretário Adjunto e a equipe de Delegação do Brasil junto às Organizações Internacionais Econômicas Sediadas em Paris (DELBRASPAR). Os encontros tiveram por objetivo apresentar as principais iniciativas brasileiras na área e conhecer o trabalho da OCDE.

Entre os dias 8 e 12 de dezembro de 2021 ocorreu a 2ª Reunião Ministerial sobre Governança e Integridade do Programa da OCDE para a América Latina e o Caribe (LAC), com a presidência de El Salvador. O Brasil teve participação de destaque na reunião, na qualidade de Co-Presidente do Programa juntamente com o México. Houve intervenções do Ministro das Relações Exteriores, do Ministro da CGU e do Vice-Presidente do TCU.

Adotada em outubro de 2021, a recomendação sobre a Melhoria do Acesso e do Compartilhamento de Dados (OCDE/LEGAL/0463) teve cerimônia virtual de alto-nível de lançamento no dia 10 de dezembro, com a participação do Secretário Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), que destacou a consonância das políticas domésticas com o instrumento. Além disso, apresentou iniciativas do governo na área de acesso a dados, a exemplo da Política Nacional de Governo Aberto, voltada à transparência nos atos públicos e à facilitação da participação dos cidadãos, por meio do acesso à informação. O Brasil foi o primeiro país não membro da OCDE a aderir ao instrumento normativo.

Nos dias 8 e 9 de dezembro foi realizada a 14ª Reunião da Força-Tarefa internacional organizada pela OCDE para elaborar a metodologia TOSSD ("*Total Official Support for Sustainable Development*"). O Ministério das Relações Exteriores coordenou a participação do Brasil, integrada por IPEA e IBGE. Entre outros pontos de pauta, foram apresentados o relatório da OCDE sobre mobilização de investidores institucionais para ampliação das fontes de financiamento para o desenvolvimento e a avaliação da aplicação-piloto da TOSSD à cooperação internacional prestada pelo Chile a outros países em desenvolvimento, bem como se discutiu financiamento dos custos de operação da Força-Tarefa e da plataforma eletrônica que sustenta a metodologia e o nível atual de coleta de dados para a plataforma. Também na reunião, o IPEA apresentou o relatório COBRADI para o período 2019-2020, documento que descreve dados sobre as modalidades de cooperação internacional do Brasil ao exterior, desde sua primeira edição, em 2010.

Nos dias 14 e 15 de dezembro de 2021, por sua vez, foi realizada a 17ª reunião plenária do Diálogo Político sobre Desenvolvimento baseado em Recursos Naturais (PD-NR), que contou com a participação de representantes do MRE. No encontro, houve avanços na negociação do "*Equitable Framework and Finance for Extractive-based Countries in Transition*" (EFFECT), que buscará compilar recomendações e diretrizes para facilitar a transição para uma economia de baixo carbono em países em desenvolvimento dependentes de atividades extrativistas e combustíveis fósseis, com foco em aperfeiçoamento regulatório e medidas para atração de investimentos sustentáveis. A minuta inicial do Framework foi circulada para comentários dos países.

No dia 20 de dezembro de 2021 foi realizada videoconferência de representantes do Ministério da Economia, Banco Central e Itamaraty com a OCDE sobre a aprovação do Projeto de Lei nº 5.387/2019, o "PL cambial". Com a sanção presidencial e entrada em vigor da normativa no dia 29 do mesmo mês (lei nº 14.286/21), a versão em inglês da lei fora encaminhada ao Secretariado da OCDE, que sugeriu incluir considerações sobre a importância do novo marco legal, bem como elencar informações sobre procedimentos internos e cronogramas estimados de aplicação. Tais informações orientariam a Organização a produzir relatório atualizado do estado da adesão brasileira e compartilhadas no Comitê de Investimentos.

Cabe também registrar a informação remanescente do trimestre anterior sobre a realização da 30ª Sessão do Comitê de Políticas Educacionais, nos dias 16 e 17 de novembro de 2021, em formato híbrido, quando foram debatidos aspectos relacionados ao próximo Programa de Trabalho (PWB 2023-2024) e feitas apresentações sobre projetos em curso no âmbito do Comitê. A delegação brasileira foi chefiada pelo Secretário Nacional de Educação Básica e composta ainda por outros representantes do Ministério da Educação e por diplomata de DELBRASPAR.

Em janeiro de 2022, a Força-tarefa sobre Economia Digital (TFDE) da OCDE voltou a reunir-se para dar andamento às negociações da Convenção Multilateral para implementação do Pilar 1 (MLC). A negociação ocorre em dois trilhos paralelos: por um lado, há a negociação sobre os temas substantivos; por outro, a discussão do texto da convenção multilateral propriamente dita (TFDE-MLC). Em ambos os trilhos, as negociações têm sido conduzidas, no caso do Brasil, pela Receita Federal.

Também em janeiro, o secretário-geral da OCDE, Mathias Cormann, confirmou a adesão do Brasil à Recomendação do Conselho sobre Crianças no Ambiente Digital (OECD/LEGAL/0389). Com esta adesão, o Brasil passou a ser parte de 104 dos 252 instrumentos atualmente em vigor (cf. p.7 – *Aceitação de Novas Adesões do Brasil a Instrumentos da OCDE*).

O Diretor de Relações Públicas e Comunicação da OCDE, Anthony Gooch, responsável no secretariado, entre outros, pelo acompanhamento da Rede Parlamentar, circulou, no dia 2 de fevereiro, e-mails individuais informando sobre a decisão da OCDE de dar início ao processo de adesão do Brasil a parlamentares brasileiros que participaram de encontros da Rede ou

interagir com seu articulador. Na mensagem, recordou que o processo inclui avaliação rigorosa e aprofundada das políticas dos países candidatos e poderá envolver ajustes na legislação para alinhamento com princípios e padrões da OCDE, servindo como um "poderoso catalisador de reformas". Reforçou, nesse contexto, a importância de diálogo e cooperação entre os parlamentares e a Rede Parlamentar da OCDE.

Entre os dias 21 e 25 de fevereiro a OCDE realizou, em parceria com o Ministério do Trabalho e Temas Sociais da Alemanha, a Conferência Internacional sobre Inteligência Artificial, que teve como tema central o potencial impacto do uso da inteligência artificial (IA) para o desenvolvimento de habilidades da força de trabalho e na dinâmica e produtividade das empresas, bem como as implicações éticas do seu uso no ambiente de trabalho. A OCDE tem buscado promover amplo debate sobre o tema. Além da organização de fóruns de reflexão, está em processo final a criação de Grupo de Trabalho específico para lidar com temas de IA e suas aplicações e impactos socioeconômicos.

A OCDE divulgou no dia 15 de dezembro de 2021 duas publicações sobre o Brasil na área de saúde, realizadas com o apoio e o financiamento do Ministério da Saúde: (i) "estudos da OCDE sobre os Sistemas de Saúde: Brasil 2021"; e (ii) "estudo da OCDE sobre a atenção primária à saúde no Brasil".

O Secretariado do Departamento de Comércio e Agricultura (TAD) da OCDE encaminhou ao Ministério das Relações Exteriores e ao Ministério da Economia versão atualizada do estudo sobre comércio digital do Brasil ("*Digital Trade Review*"), com vistas a complementar o "*Going Digital Review* do Brasil", que não contou com seção dedicada para comércio digital. Feitas as considerações necessárias para finalização do estudo, a versão final poderá ser apresentada, para desclassificação, na reunião de março do Grupo de Trabalho do Comitê de Comércio (WPTC). A decisão pela desclassificação permitirá dar o seguimento necessário para que o documento possa ser divulgado no contexto do fórum Brasil-OCDE e da reunião ministerial de produtividade do Programa da OCDE para América Latina e Caribe, previstas para junho de 2022.

Em 13 de janeiro de 2022, foi disponibilizado pela OCDE o estudo "Promovendo a Resiliência Hídrica no Brasil - Transformando Estratégia em Ação" ("*Fostering Water Resilience in Brazil - Turning Strategy into Action*"). O relatório baseia-se em uma década de diálogo político entre a OCDE e a Agência Nacional de Águas e Saneamento (ANA) do Brasil.

Em 2 de fevereiro de 2022, foi disponibilizado pela OCDE o estudo "Governança Regulatória no Setor de Mineração no Brasil" ("*Regulatory Governance in the Mining Sector in Brazil*"). O relatório identifica as lacunas, barreiras, falhas de implementação e ineficiências no marco regulatório do setor de mineração no Brasil.

4. INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE ARTICULAÇÃO REALIZADAS EM DIVERSOS NÍVEIS

Dentre as principais ações de interlocução realizadas no trimestre, destacam-se:

- **Centro de Governo (CdG), SETORIAIS:** Reuniões do Grupo Técnico Temporário do Comitê Interministerial sobre a Mudança do Clima e o Crescimento Verde;
- **Ministério da Educação (MEC):** Atividades de aproximação MEC - OCDE;
- **Centro de Governo (CdG):** Avaliação por Pares do Centro de Governo e Webinários;
- **Subchefia de Ação Governamental (SAG/CC):** Processo de acesso à OCDE;
- **Banco Central do Brasil (BCB):** Comitê de Investimento OCDE;
- **Delegação do Brasil junto às Organizações Internacionais Econômicas Sediadas em Paris (DELBRASPAR/MRE):** Agenda OCDE.

5. DESTAQUES DO TRIMESTRE

Ciclo de Webinários Temáticos 2021-2022

O ciclo de webinários foi proposto a partir da avaliação por pares sobre centro de governo e tem o objetivo de aprofundar debates relacionados a temas relevantes. Os painéis temáticos estão alinhados com as discussões no âmbito do Comitê Gestor Brasil-OCDE. Coordenados pela Casa Civil, por meio da SEREX, e realizados com o apoio da ENAP, serão, ao todo, onze encontros com participação plurissetorial e convidados internacionais.

Em 15 de dezembro ocorreu o terceiro webinário do ciclo, com o tema “Centro de Governo e Educação”, tendo como objetivo apresentar um breve panorama sobre as quatro instâncias do Comitê de Políticas Educacionais: Centro de Pesquisa e Inovação em Educação (CERI), Programa de Avaliação Internacional de Estudantes (PISA), Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem (TALIS) e Pesquisa Internacional sobre Competências de Adultos (PIAAC). A participação do MEC nas ações da OCDE, que incluem estudos comparativos, pesquisas avançadas e eventos temáticos, oportuniza conhecer as melhores práticas mundiais, ampliar a capacidade técnica do corpo funcional da equipe do ministério e por fim, fomentar o aperfeiçoamento das políticas educacionais brasileiras. Além de representante da assessoria internacional do MEC, estiveram presentes o Subchefe da Divisão de Temas Educacionais do MRE e o Diretor de Educação e Habilidades da OCDE.

O quarto webinário realizado foi sobre “Centro de Governo e Comércio Exterior”, em 27 de janeiro. Participaram do evento representantes do MRE, do Ministério da Economia, do IPEA e da OCDE, com vistas a apontar as iniciativas brasileiras de aproximação com a Organização na temática. Também foram descritas as realizações e os benefícios com a adesão aos instrumentos da área, bem como apresentados próximos desafios e visão da OCDE sobre o Brasil em relação as melhores práticas adotadas pela Organização nos últimos anos.

Início do Processo de Acessão do Brasil à OCDE

Em 25 de janeiro de 2022, a carta-convite foi enviada ao Brasil pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com o intuito de dar início às discussões relativas ao processo de acessão do Brasil àquela Organização. Nesse contexto, a OCDE solicitou confirmação da adesão do Brasil a dois documentos-chave e orientadores adotados pelos Membros na reunião do Conselho Ministerial da OCDE ocorrida em outubro de 2021: a Declaração de Nova Visão do 60º Aniversário e a Declaração do Conselho Ministerial de 2021. As Declarações incluem os seguintes pontos:

- Valores fundamentais da preservação da liberdade individual, da democracia, do estado de direito e da defesa dos direitos humanos;
- Afinidade de pensamento entre países candidatos, a Organização e os seus Membros;
- Apoio ao crescimento econômico sustentável, erradicação da pobreza e não deixar ninguém para trás, alinhado com a Agenda 2030 e as Metas de Desenvolvimento Sustentável;
- Economia de mercado aberta, comercial, competitiva, sustentável e transparente;
- Medidas políticas de economia global alinhadas com as metas do Acordo de Paris;
- Adoção e implementação integral de políticas públicas alinhadas com as metas climáticas de cada país, conforme acordado na COP 26 em Glasgow;
- Trabalho conjunto para economia digital inclusiva;

- Fortalecimento do sistema comercial multilateral baseado em regras com a OMC; e
- Investimento em infraestrutura de qualidade de forma transparente, responsável e inclusiva.

A resposta positiva do Brasil ao convite da OCDE ocorreu na mesma data, 25 de janeiro de 2022, por meio de carta do Presidente Jair Bolsonaro, inaugurando nova dinâmica no processo de alinhamento do País aos padrões, normas e diretrizes do organismo internacional. Na resposta foram destacados os seguintes aspectos do Brasil:

- Histórico de respeito aos valores fundamentais com o desenvolvimento de instituições sólidas para garantir a observância duradoura desses valores;
- Proponente original dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e participante da construção da Agenda 2030, para apoiar o crescimento econômico sustentável, acabar com a pobreza e não deixar ninguém para trás, assim como proteger nosso meio ambiente e melhorar a vida e a perspectiva de todos;
- Trabalho ativo com a OCDE em questões digitais, reconhecendo a importância da economia digital inclusiva;
- Demonstração do compromisso de trabalhar com a OCDE, por meio da adesão a 103 dos 252 instrumentos da OCDE, inúmeras avaliações por pares, proximidade da conclusão do processo de adesão aos Códigos de Liberalização e participação formal em mais de 30 Comitês e foros da Organização;
- Compromisso com as metas do Acordo de Paris, inclusive na recente COP 26;
- Programa de Parcerias de Investimentos em andamento com um dos maiores portfólios de projetos de infraestrutura sustentável;
- Fundador do GATT (“*General Agreement on Tariffs and Trade*” – “Acordo Geral de Tarifas e Comércio”) e da OMC (Organização Mundial de Comércio).

O Brasil, tendo confirmado a adesão à Declaração de Nova Visão e à Declaração do Conselho Ministerial de 2021, agora aguarda a preparação pela OCDE do Roteiro de Acesso, estabelecendo termos, condições e processo para a adesão.

Passado um mês da aprovação da resolução que abriu discussões sobre a adesão do Brasil, o Secretário Geral da OCDE, Mathias Cormann, apresentou ao Conselho da Organização breve balanço sobre o andamento do processo. Cormann informou que foi dado início à rodada de consultas aos diferentes comitês para atualização dos requisitos principais que deverão pautar, em cada instância, as avaliações dos candidatos. Seguindo sua orientação, a discussão deve se manter a mais técnica possível, buscando que os requisitos sejam definidos de maneira uniforme entre os seis candidatos (Brasil, Argentina, Bulgária, Croácia, Peru e Romênia). A definição dos comitês que examinarão cada candidato ainda está em aberto. Há, ainda, preocupação em evitar que os exames de acesso sejam conduzidos simultaneamente, de modo a não afetar demasiadamente as atividades regulares do Comitês.

Aceitação de Novas Adesões do Brasil a Instrumentos da OCDE

Em 26 de janeiro de 2022, foi aceita pela OCDE a adesão do Brasil ao instrumento OCDE/LEGAL/0389 - Recomendação do Conselho sobre Crianças no Ambiente Digital, vinculado ao Comitê de Política de Economia Digital. O instrumento visa ajudar os governos a abordar melhor os avanços tecnológicos, jurídicos e políticos, identificando ferramentas que possam continuar a apoiar as crianças na realização das oportunidades do ambiente digital e abordar os riscos novos e em evolução que podem encontrar nele. Com essa recomendação, o Brasil concretizou, em 26/01/2022, a adesão a 104 dos 252 instrumentos da OCDE.

Em 23 de fevereiro de 2022, foi aceita pela OCDE a adesão do Brasil ao OECD/LEGAL/0457 - Recomendação do Conselho para Inovação Responsável em Neurotecnologia, vinculado ao Comitê de Política Científica e Tecnológica, que visa orientar governos e inovadores para antecipar e abordar os desafios éticos, legais e sociais levantados por novas neurotecnologias, promovendo a inovação na prática. Dessa forma, o Brasil totalizou, em 23/02/2022, a adesão a 105 dos 252 instrumentos da OCDE.

Novos Instrumentos da OCDE

Em 22 de fevereiro de 2022, foi adotada uma nova Recomendação do Conselho da OCDE, com adesão dos 38 países Membros da Organização e totalizando 252 instrumentos legais. O OECD/LEGAL/0467 - Recomendação do Conselho para Bom Projeto de Planos de Pensão de Contribuição Definida, vinculado ao Comitê de Seguros e Previdência Privada, visa auxiliar os aderentes na concepção de planos de previdência profissional e pessoal em que a renda de aposentadoria depende de contribuições pagas, retornos de investimentos e da forma como os ativos são pagos na aposentadoria (planos de pensão de contribuição definida). Também visa melhorar a robustez dos sistemas de aposentadoria e construir confiança, garantindo que o melhor interesse das pessoas seja levado em consideração.

* * *